

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira
Sede : Rua António Barbosa, 84
4590-538 Paços de Ferreira

Natureza da atividade: Atividades de apoio social com alojamento e S/ alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem. Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	6 184,22	4 571,76
Depósitos à Ordem	42 205,57	39 134,64
Outros Depósitos – F. Investimento	1 678,00	1 678,00
Total Caixa e Outros Depósitos Bancários	50 067,79	45 384,40
Outros Ativos Financeiros - Ações	2 493,99	2 493,99
Total de Outros Ativos	2 493,99	2 493,99

5. Clientes conta corrente e fornecedores conta corrente

Descrição	Saldo Devedor 2017	Saldo Credor 2017	Saldo Devedor 2016	Saldo Credor 2016
Clientes e Utentes	44 417,17		39 047,29	
Total	44 417,17		39 047,29	
Fornecedores C/C		317 387,99	5 368,84	289 014,01
Fornecedores Investimento				74 937,62
Total		317 387,99	5 368,84	363 951,63

6. Impostos e contribuições

6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor 2017	Saldo Credor 2017	Saldo Devedor 2016	Saldo Credor 2016
Iva a Recuperar	1 977,37		21,51	
Iva a Pagar Rendas		880,92		690,00
Retenção Impostos s/ rendimento		2 618,32		2 152,74
Contribuição Segurança Social		16 103,35		9 902,70
Fundos Compensação		45,77		66,28
Total	1 977,37	19 648,36	21,51	12 811,72

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

7. Outras contas a receber e a pagar

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Outras contas a receber		
P.O.R.N.-ON.2	21 612,78	21 612,78
I.S.Social – Reembolso Funeral	3 760,00	3 760,00
Hospaf – Nova Saúde	48 756,80	48 756,80
Camara Municipal Paços de Ferreira	1 350,22	1 350,22
Rui Santos	100,00	100,00
Amaro Vilela	640,94	640,94
Devedores Diversos - utentes	34 100,00	34 100,00
CA Seguros	42,00	42,00
Pinto Almeida	4.080,00	4 080,00
Justino Loureiro	5,11	5,11
Margarida Malheiro	412,49	412,49
Adelina Sousa	314,68	314,68
Divercol	2.460,00	2.460,00
Época Gold	875,00	
Maria Fernanda Moreira	592,00	
Narcisa Silva	1 401,99	
Joaquim Martins	2 489,72	
Manuel Figueiredo	1 160,68	
Augusto Leal		349,37
Joaquim Andrade	412,14	
Crónica de Opiniões	861,00	861,00
Jose Magalhaes	9,37	9,37
Diversos	3 568,27	8 519,82
Total	128 995,82	131 330,21
Outras contas a pagar		
Fornecedores de Investimentos	68 955,63	
Remunerações a Liquidar, férias e subs férias	121 558,38	117 577,34
Água Gas Eletricidade	4 407,37	5 588,44
Telefone	449,31	27,40
Credores Diversos - Utentes	173 430,26	116 405,90
Fernando Gomes	279 072,99	279 072,99
Outros Creditos a Regularizar	100 751,90	
Total	748 625,84	518 672,07

Comentado [JM1]:

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

8. Financiamentos Obtidos

As rubricas de financiamentos obtidos, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tinham a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Empréstimos Bancários		
Montepio Geral	-	100 751,90
Caixa Crédito Agrícola	598 037,98	634 129,65
Total	598 37,98	734 881,55
	Ano 2017	Ano 2016
Fundadores e Associados		
Eng.º Augusto Bismark	300 486,16	300 486,16
Alexandrino Leão	75 000,01	75 000,01
Total	375 486,17	375 486,17

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 412,89	6 513,39
Aluguer Grenke	1 131,46	3 011,00
Outros diferimentos	2 258,67	
Acréscimos de rendimentos		
Subsídio LAR (ERPI)	11 370,39	
Total	16 173,41	9 524,39
Rendimentos a reconhecer		
Quotas		72,00 €
Total	0	72,00

10. Inventários

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2017	2016
Saldo inicial		751.14
Compras	9 386,67	97 359,10
Donativos		10 822,08
Saldo final	61.30	1 297,67
Gastos do Período	9325.37	107 634,65

11. Investimentos Financeiros

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Participação de Capital	62 445,91	62 445,91
Fundos de Compensação	2 544,63	1 901,48
Fundos R S Solidário	203,89	203,89
Total Inv. Financeiros	65 194,43	64 551,28

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

12. Ativos fixos tangíveis

Divulgação sobre ativos fixos tangíveis conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	Adições	Regula r.	Abate	Transf.	31-12-2017
Terrenos e Recursos Naturais	318 167,76					318 167,76
Edifícios e Outras Construções	4 252 560,10	32 904,28				4 285 464,38
Equipamento Básico	484 240,45	43 795,55				528 036,00
Equipamento Transporte	82 670,43					82 670,43
Equipamento Administrativo	71 199,47	430,00				71 629,47
AFTCurso	9 787,25					9 787,25
Ativo Fixo Tangível Bruto	5 218 625,73	77 129,83				5 295 755,29
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e Outras Construções	1 398 977,67	78 239,88				1 477 217,55
Equipamento Básico	473 212,01	7 117,48				480 329,49
Equipamento Transporte	78 871,35	3 799,18				82 670,43
Equipamento Administrativo	69 016,76	1 002,25				70 019,01
Depreciações Acumuladas	2 020 077,79	90 158,79				2 110 236,48
Ativo Tangível Líquido	3 198 547,94					3 185 518,81

13. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Social	1 738 341,21			1 738 341,21
Resultados Transitados	- 1 393 253,38		134 254,68	- 1 527 508,06
Total	345 087,83		134 254,68	210 833,15
O. Variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios ao investimento	1 265 884,70		32 575,90	1 233 308,80
Doações	14 012,37	430,00		14 442,37
Total outras variações patrimoniais	1 279 897,07	430,00	32 575,90	1 247 751,17
Total dos fundos patrimoniais	1 624 984,90	430,00	166 830,58	1 458 584,32

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

14. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de serviços	336 788,73	368 575,37
Vendas/prestações de Serviços	336 788,73	368 575,37
Outros rendimentos	95 066,53	167 57026
Alienações	705,00	100 000,00
Rendas	10 275,00	19 595,00
Correções relativas a exercícios anteriores	5 724,93	5 262,49
Amortização Subsídio Investimento	32 575,90	32 575,90
Donativos	44 006,65	22 526,61
Outros Rendimentos	1 779,05	7 205,26
Total dos renditos	431 855,26	555 740,63

15. Subsídios do Governo e apoio do Governo

Descrição	2017		2016
	Natureza	Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	Não reembolsável	333 966,91	327 299,46
Total		333 966,91	327 299,46
Fundo Socorro Social	Não reembolsável	80 000,00	
Camara Municipal Paços de Ferreira	Não reembolsável		500,00
Total		80 000,00	500,00

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

16. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Trabalhos Especializados	13 468,77	18 059,44
Publicidade e Propaganda	120,93	618,92
Honorários	24 105,50	34 594,56
Conservação e Reparação	11 549,86	20 618,85
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	7 182,75	2 876,17
Material de Escritório	1 672,03	3 839,68
Bens Alimentares	90 722,07	-
Eletricidade	18 947,37	20 197,01
Combustíveis	3 364,55	3 175,93
Água	14 894,86	12 49,25
Outros Fluidos - Gas	31 919,15	55 929,85
Deslocações e estadas de utentes	3 519,07	1 964,75
Rendas	13 596,16	14 848,40
Comunicação	9 670,39	8 006,68
Seguros	5 014,51	6 507,77
Contencioso e Notariado	1 208,57	1 593,00
Limpeza Higiene e Conforto	11 909,03	18 840,46
Encargos c/ Saúde dos Utentes	1 104,91	6 662,51
Outros Serviços	4 093,63	1 327,73
Total	268 064,20	231 710,96

17. Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Impostos e Taxas	3 281,57	
Alienações	705,00	2 733,58
Correções relativas a exercícios anteriores	235,29	854,30
Quotas		960,00
Donativos		2,50
Outros custos	774,73	
Total	4 996,59	4 550,38
Juros e outros gastos de financiamento	31 501,55	39 357,29
Total	31 501,55	39 357,29

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

18. Benefícios aos Empregados

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Gasto com o pessoal	463 587,33	549 380,65
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do Pessoal	370 673,96	447 091,66
Encargos sobre remunerações	83 323,88	97 431,54
Seguros de Acidentes de Trabalho	8 011,49	4 751,45
Outros Gastos c/ Pessoal	1 578,00	-
Indemnizações	-	106,00
N.º Médio de Colaboradores	41	43

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

20. Acontecimentos após a data do Balanço

Após a data do balanço não ocorreu qualquer acontecimento que, pela sua dimensão ou natureza, implique divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.